

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 24.286.083/0001-95  
Belo Horizonte - MG

# Cemig Geração Salto Grande S.A.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando se indicado de outra forma)

### 15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2016		31/12/2016		31/12/2016		31/12/2016	
<b>Controlador</b>								
<b>Cemig GT</b>								
<b>Circulante</b>								
Prestação de Serviços (2)			958				(1.076)	
Pessoal Cedido			673				(821)	
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos			3.766					
<b>Outras Partes Relacionadas</b>								
<b>Cemig D</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (1)	661		219		3.860		(1.283)	

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

(1) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);

(2) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina.

#### Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig Geração Salto Grande aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo demonstrados abaixo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2016.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições		31/12/2016	
		Contratuais Anuais	Vencimento	Cemig Geração Salto Grande 2,00%	
Axiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017		115
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017		219
Cemig GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018		1.045
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019		203
Cemig GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018		198
Cemig GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018		186
					<b>1.966</b>

A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo estes remunerados pelo acionista controlador.

### 16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Ativo Financeiro da Concessão e Fornecedores; sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados conforme abaixo, quando aplicável:

- **Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado:** encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado;
- **Empréstimos e Recebíveis:** encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores e Revendedores e Ativos financeiros da Concessão. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento:** encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R\$1.283 em 31 de dezembro de 2016. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R\$1.282 em 31 de dezembro de 2016, foi mensurado considerando informações do Nível 2.
- **Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos:** encontra-se nesta categoria os Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado.

	31/12/2016	
	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos Financeiros:</b>		
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	11.052	11.052
Consumidores e Revendedores	7.579	7.579
Ativos financeiros da Concessão	402.515	402.515
	<b>421.146</b>	<b>421.146</b>
<b>Mantidos até vencimento</b>		
Títulos e Valores Mobiliários	1.283	1.282
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>		
<b>Mantidos para negociação</b>		
Títulos e Valores Mobiliários	26.174	26.174
<b>Passivos Financeiros:</b>		
Fornecedores	1.503	1.503

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos, em especial, de caráter especulativo, em 2016.

#### a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

#### Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais, em função do ativo indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

#### Exposição da companhia às taxas de juros nacionais

	31/12/2016
<b>Ativos</b>	
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 3)	11.052
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4)	27.457
Ativos Financeiros da Concessão (nota 6)	402.515
Ativo exposto	<b>441.024</b>

#### Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo, tendo em vista as disposições regulatórias que restringem a possibilidade de inadimplência no recebimento de valores no mercado regulado de energia.

#### Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos para empresas do Grupo Cemig, de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.503	-	-	-	-	1.503
TOTAL	<b>1.503</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.503</b>

### 17. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associações de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 2016	Valor justo em 31 de dezembro de 2016	
		Mercado Ativo - Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo - Técnica de Avaliação (Nível 2)
<b>Ativos</b>			
<b>Mantidos para negociação</b>			
Títulos e Valores Mobiliários			
Certificados de Depósitos Bancários	839	-	839
Letras Financeiras do Tesouro	4.939	4.939	-
Letras Financeiras - Bancos (LFs)	18.535	-	18.535
Debêntures	1.861	-	1.861
	26.174	4.939	21.235
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>			
Bonificação de Outorga (nota 6)	402.515	-	402.515
	<b>428.689</b>	<b>4.939</b>	<b>423.750</b>

### 18. SEGUROS

A Companhia não possui apólices de seguro vigentes em 31 de dezembro de 2016 com intuito de amparar eventos que possam afetar suas instalações.

Não faz parte do escopo dos auditores independentes a análise da cobertura de seguros.

### 19. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 2016 a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto a mesma não está refletida na Demonstração dos Fluxos de Caixa:

	31/12/2016
Aporte de Ativos na Constituição da Cemig Geração Salto Grande S.A.	402.729

\*\*\*\*\*

Franklin Moreira Gonçalves  
Diretor-Presidente

Dimas Costa  
Diretor

Leonardo George de Magalhães  
Superintendente de Controladoria  
CRC-MG 53.140

Márcio José Peres  
Diretor

Leonardo Felipe Mesquita  
Gerente de Contabilidade  
CRC-MG 85.260

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
**Cemig Geração Salto Grande S.A.**  
Belo Horizonte - MG

#### OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Salto Grande S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 11 meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Salto Grande S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o período de 11 meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### OUTROS ASSUNTOS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme nota explicativa nº "01", as demonstrações financeiras da Cemig Geração Salto Grande S.A. para 31 de dezembro de 2016, estão sendo apresentadas sem comparabilidade devido a Companhia ter sido constituída em 01 de fevereiro de 2016 e iniciou suas ativ-

dades operacionais em junho de 2016. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

#### OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, que inclui o balanço social.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 22 de junho de 2017.

**MACS LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.**  
CRC 2SP033482/O-3

**Vagner Alves Lira**  
CT CRC Nº ISP222941/O-8 - S MG